

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

NAIARA BARBEDO

O SITE COMO FERRAMENTA PARA A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

PORTO ALEGRE

2015

NAIARA BARBEDO

O SITE COMO FERRAMENTA PARA A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) desenvolvido no âmbito da Sala Ambiente Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor(a): Ana Paula Krumel

PORTO ALEGRE

2015

RESUMO

O presente trabalho trata de um aprofundamento das análises das ações do TCC, através do Projeto de Intervenção (PI) implementadas em uma escola estadual do Rio Grande do Sul, Escola Estadual de Ensino Fundamental William Richard Schisler, ao longo de 2014 e metade de 2015, com o objetivo principal de estabelecer um diálogo constante com a comunidade através de um site, ferramenta virtual para corrigir os equívocos das informações que causam falhas na comunicação e aproximação. Conforme Franco(2005) ao utilizarmos a metodologia da pesquisa-ação pressupomos uma pesquisa de transformação, participativa, caminhando para processos formativos tendo por base os estudos de Veiga (2004), Gandin (1994) e Vasconcellos(2000), Kemmis e MC Taggart (1988) e Cury (2002) que inspiraram as análises e a conseqüente compreensão de fatos do cotidiano escolar, realizou-se uma pesquisa-ação, caracterizada como intervenção programada na realidade da escola. Processo este que permitiu melhor conhecimento da realidade e valorização das ações implementadas, reavaliando e redefinindo metas do Projeto Político Pedagógico. Através de pesquisa indireta, documental e bibliográfica, buscou-se uma abordagem teórica, cultural e sócio-histórica da relação entre comunidade e escola, com a finalidade de estabelecer uma participação efetiva entre ambas, corrigindo, também a distorção na comunicação. Com isto espera-se que o presente estudo incentive novos pensares, novos olhares e novas construções e práticas frente ao desafio de educar em uma sociedade pós-moderna.

Palavras-Chave: Projeto Político Pedagógico. Comunicação. Diálogo Virtual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
3 METODOLOGIA.....	9
4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	13
5 REFERÊNCIAS	14
6 ANEXOS	15

1. INTRODUÇÃO

Temas como a participação e a comunicação são constantemente discutidos, porém, as questões sobre como se processam no cotidiano escolar têm chamado a atenção pelas diversas versões que chegam à comunidade, originadas de uma única informação o que causa uma falha na comunicação entre a escola e a comunidade. Diante dessa realidade, buscou-se corrigir essa falha através da comunicação virtual, uma ferramenta facilitadora, uma prática pedagógica para estabelecer um diálogo permanente com a comunidade. O diálogo na gestão democrática é fundamental, mas ainda é pouco explorado na sua forma real. Daí a importância de teorizar sobre a comunicação virtual como ferramenta para estabelecer uma relação dialética entre a pesquisa e a ação, fundamentada no cotidiano e em situações práticas numa escola cujo espaço físico é insuficiente e não acomoda a comunidade adequadamente para dialogar coletivamente.

A existência de problemas na comunicação entre todos os segmentos da escola bem como no envolvimento da comunidade escolar nas escolhas e decisões no coletivo, das mais variadas situações do cotidiano escolar são problemas que têm impedido a escola de viver a gestão democrática. Utilizou-se as mais variadas formas de manter a comunidade informada, entre elas a utilização de bilhetes colados nos cadernos dos alunos e cartazes expostos no mural da escola, ambas sem sucesso, porque os bilhetes não chegam até os responsáveis e a leitura do mural também não acontece. Então buscou-se a ferramenta virtual, o site, para que todos recebam as informações desejadas e dialoguem com a escola e assim sintam-se pertencentes e envolvidos com todas as questões da escola,

Veiga (2004, p.2) diz que o envolvimento dos gestores escolares na articulação da comunidade escolar, contribui significativamente para os processos de transformação da escola em um espaço articulador e produtor de conhecimentos compartilhados.

A gestão Democrática, particularmente na escola estadual pesquisada, está longe de acontecer efetivamente, impedida pela falta de espaço físico para as decisões coletivas e por consequência a falta de diálogo, que provocam um distanciamento e uma distorção na comunicação, trazendo prejuízo para o bom andamento da escola.

No momento a escola está reorganizando o Projeto Político Pedagógico e as dificuldades na participação efetiva da comunidade para realizar todo o processo de forma

compartilhada e coletiva é um fato. O site, como ferramenta virtual, é fundamental para estabelecer o diálogo constante e assim compartilhar ideias, fazer escolhas e partir para a ação fazendo com que todos se sintam envolvidos com a vida da escola.

A constatação desta realidade permitiu a realização de um Projeto de Intervenção na escola, com o objetivo de provocar mudança na práxis educativa. Baseado nos estudos formativos tendo por base os estudos de Veiga (2004), Gandin (1994) e Vasconcellos (2000), Kemmis e MC Taggart (1988) e Cury (2002) o presente estudo fundamenta-se neste Projeto de Intervenção buscando relatar, refletir e teorizar sobre o processo da reconstrução do Projeto Político Pedagógico através do diálogo virtual com a comunidade escolar.

Para uma melhor compreensão do presente estudo, inicialmente teoriza-se sobre a Gestão Democrática da Educação, da participação da comunidade e na possibilidade de utilizar o site, como ferramenta virtual para que aconteça uma comunicação efetiva e dialogada.

Complementando as abordagens teóricas, são tratados também aspectos da legislação brasileira buscando contribuir na compreensão do processo da inclusão virtual para dialogar com a comunidade. O aprofundamento textual se concretizará na análise das ações realizadas através da pesquisa-ação, relacionadas às abordagens teórico-metodológicas que baseiam o presente estudo.

Por fim, as considerações finais trazem novos questionamentos e posicionamentos quanto a gestão democrática do ensino e a pedagogia que ora se apresenta no cenário brasileiro, suscitando novos paradigmas e desafios para a educação deste século.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Sabendo-se que a Constituição Federal de 1988 garante uma escola pública para todos e aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação no Brasil, deve-se saber:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

É regulamentada por Leis complementares: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional da Educação, em seu artigo 22.

No Brasil ainda existe uma divisão social distinta que separa a escola rica para os ricos da escola pobre para os pobres, locais distintos, com desigualdades e injustiças, embora haja uma luta para a correção dessas questões, elas ainda persistem nos dias de hoje, porque a existência da Constituição de 1988, da LDB e do ECA que garantem juridicamente a igualdade, o estado ainda não subsidia as escolas nem qualifica os profissionais para legitimar com ação todas essas diferenças. A responsabilidade em mudar esse quadro pertence a todos os cidadãos que desejam um mundo mais justo, portanto, os gestores das escolas públicas devem envolver-se com o movimento de mudança, desacomodarem-se e buscarem uma proposta de gestão democrática.

A proposta da gestão democrática permite que a comunidade crie vínculos, sinta-se pertencente e inserida totalmente na escola e para viabilizar a proposta é necessário que o gestor crie estratégias de acolhimento e propicie a participação coletiva numa relação dialógica, escola e comunidade.

Segundo Gadotti (1994) a gestão democrática faz parte das pedagogias participativas sendo um pressuposto da própria aprendizagem, aprende-se participando e participando exercemos o direito de cidadão.

A escola não pode ser uma reprodutora do que há na sociedade, deve romper o modelo existente, desconstruir para intervir na construção da sua verdade em consonância com a realidade.

Uma gestão democrática necessita de um Conselho Escolar atuante, que deve reunir-se sistematicamente e ser a voz dos seus pares, dos seus segmentos. O gestor deve, como primeira ação, instruir todos os componentes, estudando suas atribuições bem como o seu regimento interno e assim conhecendo-os se aproprie e desempenhe as suas quatro funções: a deliberativa, a consultiva, a fiscal e mobilizadora, de forma efetiva e integral. Também deve ouvir a comunidade, apresentar propostas, discuti-las, e sugerir ações para efetivar as ações escolhidas coletivamente que representem as necessidades reais da comunidade.

Cury (2007) aponta a gestão democrática como expressão de um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.

Silva (1998), afirma que a cidadania expressa: um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e das tomadas de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Passou-se para a ação de proporcionar e provocar a participação da comunidade através do diálogo entre todos os segmentos da escola na busca da construção de um novo Plano Político Pedagógico estabelecendo o método e a técnica para a sua realização. Surgiram dois obstáculos. O primeiro obstáculo: nossa escola não possui um espaço amplo para que aconteça uma reunião com todos os segmentos escolares ao mesmo tempo. Diante disso, pensamos em articular a construção de subgrupos, onde abrangesse todos os segmentos, tendo uma comissão representativa em cada subgrupo. Ainda dentro da construção do projeto de intervenção, pensamos formar uma comissão a qual se reuniria com o Conselho Escolar e Equipe Diretiva para escolher dentre todas as situações levantadas, tanto físicas quanto pedagógicas as primordiais e criar metas, traçar estratégias de acordo com as necessidades da comunidade escolar e limitações apresentadas, mas não aconteceram e assim iniciou uma sucessão de acontecimentos que impediram a realização do projeto idealizado.

O segundo obstáculo: faltaram recursos humanos pelo não comprometimento na formação da comissão para conhecer a realidade social, as necessidades, os desejos da comunidade escolar, em forma de pesquisa de campo que envolvesse todos os segmentos, levantando dados das necessidades e desejos da comunidade escolar, bem

como o contexto social em que estão inseridos. Através dessa busca de informações seria possível caracterizar nossa comunidade e assim trabalhar de maneira conjunta, participativa em busca das tomadas de decisões de forma coletiva e consensual.

Objetivos para desenvolvimento do projeto:

- 1- O Conselho escolar conhecer as suas funções;
- 2- O conselho escolar Juntamente com a comunidade reconstruir o PPP.

O cronograma acontecerá em etapas que serão descritas a seguir:

- 1- Convocar o Conselho Escolar para estudar o seu regimento próprio e suas atribuições;
- 2- Convocar o conselho escolar para explicar o significado do Plano Político Pedagógico;
- 3- Convocar o Conselho Escolar para escolher a estratégia e o método a serem utilizados para a construção do novo PPP;
- 4- Subdividir o conselho escolar em 4 subgrupos, contemplando cada grupo com pelo menos um segmento diferente;
- 5- Chamar a comunidade, entregar na chegada papéis coloridos, contendo 4 cores diferentes, cada cor representará um grupo para iniciar e exposição dos objetivos e realizar as estratégias definidas;
- 6- Definir a escola que temos e a escola que queremos em cada grupo;
- 7- Reunir os quatro subgrupos e compartilhar as informações;
- 8- Levar para os quatro grupos as conclusões e deixar um espaço para alguma ressalva ou emenda;
- 9- Reunir os 4 subgrupos e concluir o trabalho que será exposto nos quadros de informação espalhados pela escola.
- 10- Colocar em prática;
- 11- A cada 2 meses, chamaremos a comunidade para avaliação, no mesmo formato dos subgrupos.
- 12- Cada comissão será responsável para estar sempre dialogando com a comunidade para acompanhar o processo;
- 13- No final do ano letivo uma nova avaliação e planos para o próximo ano.

Partindo da lei que garante que a escola pública é para todos e aponta a necessidade da gestão ser democrática é preciso que o gestor abra espaço para dialogar com a comunidade todas as questões relativas tanto à administração quanto às questões pedagógicas. É uma escola onde a comunidade participa efetivamente em todos os processos, debate e busca soluções debruçadas no diálogo e no consenso. Uma gestão democrática tem que trabalhar a autonomia que deve ser legitimada pelo coletivo, respeitando as diferenças de opinião, cultura e entendimento das questões propostas e só assim definir prioridades para que sejam executadas. É uma escola que defende uma educação comprometida com a atualização cultural e transformações sociais, contextualizada.

Segundo Cury (2005):

“a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. Por que concreta? porque o concreto (cum crescere, do latim é crescer com) é o nasce com e que cresce com o outro”. Este caráter genitor é o horizonte de uma nova cidadania em nosso país, em nossos sistemas de ensino e em nossas instituições escolares e segundo Paulo Freire, “o diálogo verdadeiro se faz a partir dos seguintes princípios fundamentais: o amor, a humildade, a fé nos homens e pensamento crítico”.

Uma das grandes preocupações de um gestor para que efetivamente sua gestão seja democrática, está debruçada sobre a participação da comunidade.

Segundo Gandin (1994):

“A participação perpassa por três momentos distintos, mas integrados: 1. A indicação de um referencial que diz o que se quer; 2.a construção de um diagnóstico a partir do que julgou relevante no referencial, envolve a escolha e mostra a distância entre aquilo que se quer; 3. a programação das ações concretas, as atitudes, as regras, as rotinas”.

A comunidade faz o levantamento das necessidades da escola e define o que realmente poderá realizar, sem esquecer que deve partir da realidade, do que se tem, definir o que se quer e partir para as ações. Lembrando que todos os momentos devem ser compartilhados e construídos coletivamente (Veiga,2004).

Segundo Gandin e Vasconcellos (2001) o processo de construção e implementação do PPP tem: o Marco Referencial (O que queremos alcançar?), o Diagnóstico (O que nos

falta para ser o que desejamos?) e a Programação (O que faremos para suprir concretamente para suprir sua falta?). O PPP é o norteador de todo o trabalho na escola, deve ser construído coletivamente de forma dialogada com toda a comunidade para ser o retrato real da escola. Segundo Veiga (2004,p.2), o envolvimento dos gestores escolares na articulação da comunidade escolar, contribui significativamente para os processos de transformação da escola em um espaço articulador e produtor de conhecimentos compartilhados.

A proposta da gestão democrática permite que a comunidade crie vínculos, sinta-se pertencente e inserida e assim possa viabilizar a proposta, mas é necessário que o gestor crie estratégias de acolhimento e participação sempre embasados no diálogo.

Diante da realidade que esbarra principalmente na falta de espaço físico para dialogar com a comunidade no coletivo somada às distorções das informações causando um distanciamento dela com a escola, decidiu-se criar um site para manter um diálogo virtual constante. Esse diálogo virtual não terá a finalidade de substituir os encontros presenciais, bem pelo contrário, é mais uma alternativa de mantê-los atualizados, conectados constantemente através de um Fórum para que as decisões sejam feitas no coletivo de forma compartilhada. Deseja-se estabelecer um diálogo constante virtual.

Pierre Lévy (2010), preocupou-se em analisar e explicar as interações entre Internet e Sociedade. Desenvolveu um conceito de rede, juntamente com Michel Authier. Na sua obra "O que é virtual", o autor fala sobre a relação entre comunicação virtual e sociedade. Ainda afirma que virtual não é antônimo de real nem sinônimo de imaginário.

A utilização dessa ferramenta virtual viabilizará um diálogo permanente para conhecer os seus desejos, opiniões, suas necessidades, enfim uma participação real e coletiva. A partir desse conhecimento formar-se-á pequenos grupos que serão responsáveis em alimentar e trocar ideias. Lembrando que essa ferramenta é uma alternativa para atingir um número maior de participantes, mas sempre deve-se lutar para manter o contato presencial, que é sempre muito rico.

O site foi o pontapé inicial, a esperança, o fazer acontecer a reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola, aquele que apontará o caminho e como caminhar em busca de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais justa e mais

igual. Gadotti (2000) afirma que “a participação popular e a gestão democrática constituem o pedagógico participativo que refletirão de forma positiva na aprendizagem”.

A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi a pesquisa-ação.

Segundo Kemmis e MC Taggart (1988) a pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem.

Normalmente é a escolhida nos projetos de intervenção, porque parte da realidade dos envolvidos para a construção participativa. A pesquisa-ação tem três pontos: caráter participativo, impulso democrático e contribuição à mudança social. É um processo social.

3. METODOLOGIA

Segundo Maria Amélia Santoro Franco a pesquisa-ação deve ser essencialmente uma pesquisa intencionada à transformação participativa, em que sujeitos e pesquisadores interagem na produção de novos conhecimentos. Ainda afirma que a pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática. No entanto, a direção, o sentido e a intencionalidade dessa transformação foram o eixo da caracterização da abordagem da pesquisa-ação.

Franco (2005), ainda afirma que a pesquisa-ação deve transformar, mas essa transformação deve ser construída coletivamente, o sujeito é nós.

Se a participação é essencial para caracterizar essa metodologia, tem-se que trazer a comunidade para dentro da escola, disponibilizar um espaço físico para que haja os encontros.

A comunidade que participa efetivamente das escolhas, das transformações e construções sente-se inserida, pertencente. Reinventar a escola permite que a comunidade passa a ser dona daquele espaço, Paulo Freire (1993).

Gandin (2001) salienta que a participação possibilita que todos usufruam dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana.

Encontrou-se uma dificuldade por conta da falta de espaço, os encontros ficaram prejudicados e por conseguinte a comunicação se perdeu ou não aconteceu.

Para minimizar essa questão da falta de espaço físico e com a extrema necessidade que haja a dinamização do processo participativo e dialógico pertencentes à metodologia da pesquisa-ação, buscou-se na criação de um site, uma forma de garantir junto à comunidade as informações como: fotos, Plano Político Pedagógico, Regimento, Calendário e um Fórum permanente para que expressassem seus quereres, críticas, enfim dialogassem com a direção da escola.

O site mantém um diálogo virtual constante, representa uma ferramenta que garante a participação virtual de toda a comunidade.

Para realizar essa proposta, apresentou-se a ideia do site para os professores e funcionários durante a formação do início do ano letivo de 2015, como um dos assuntos de pauta das reuniões dos dias 24 e 25 de fevereiro. Todos aprovaram a utilização do site, como ferramenta para garantir a participação da comunidade e ainda anotaram o endereço do site enquanto alguns se ofereceram para serem multiplicadores, auxiliando

os colegas, já que muitos professores e funcionários ainda não dominavam as novas tecnologias de comunicação virtual.

Nesses encontros determinou-se a reunião de Conselho Escolar para o dia 26 de fevereiro.

Estava cumprida a primeira etapa do projeto: O site como ferramenta para a participação da comunidade.

A seguir, a descrição das cinco etapas desenvolvidas, utilizando a metodologia da Pesquisa-Ação.

Etapa 1: Reunir o Conselho Escolar, apresentar a proposta e convidar a comunidade a trazer ideias e estratégias para o desenvolvimento do projeto, aconteceu em 26/02/2015, conforme a determinação em reunião de formação.

Etapa 2: Cada segmento do Conselho Escolar, pais, professores, funcionários e alunos formará uma comissão representativa de 4 a 5 pessoas para a articulação da proposta e a realização de encontros com a comunidade em pequenos grupos para explicar o processo e trocar ideias. Os grupos seriam dirigidos pelos voluntários da etapa 2, na primeira quinzena de março.

Nos primeiros dias de março aconteceram as reuniões dos pais e alunos por turmas, como sempre a escola o faz, para a apresentação dos professores, das normas de convivência e do calendário escolar. Aproveitou-se a ocasião para falar sobre a ideia do site e da importância da participação de cada um no dia-a-dia da escola e a nova forma de manter-se um diálogo constante. Esclareceu-se que a falta de espaço físico para esse fim, seria sanado com a utilização de um site que foi criado para escola, contendo todas as informações necessárias e de outros itens que ainda seriam colocados ao longo das conversas virtuais. Foi passado o endereço eletrônico, ratificou-se a importância da participação e ainda ficou acordado que o Conselho Escolar os chamaria para apresentar essa ferramenta virtual e como utilizá-la.

Até este momento a estratégia estava dentro dos padrões de normalidade, porque a comunidade estava feliz em participar e tudo dando relativamente certo não fossem o aparecimento das primeiras dificuldades como: as falhas nos equipamentos da escola, todos os computadores com vírus, o corte da internet, por problemas de cabo na rua onde a escola se localiza. Além das falhas materiais, houve a falta de recursos humanos e o descumprimento da promessa de alguns professores em ajudar.

E assim continuaram surgindo as dificuldades, embora as famílias tivessem aprovado a ideia do site, foram impedidos de comparecerem por vários problemas, entre

eles o deslocamento, o gasto com passagens, não terem com quem deixar os filhos, já que alguns trabalham o dia todo, enquanto outros trabalham a noite toda.

Não foi possível conciliar um horário para a formação e informação.

Etapa 3: Utilizar a sala de informática para a capacitação desses pares na utilização do site na segunda quinzena de março.

Essa etapa não aconteceu pelos motivos já descritos acima, foram marcadas e remarçadas várias datas e sempre surgiam um ou outro impedimento, o que cortava qualquer possibilidade de encontro.

Por conta desses impasses, a comunidade, que na maioria já era amiga virtual do gestor no facebook, começou a enviar mensagens pessoais para dialogar sobre as questões da escola solicitando informações ou dando recados relativos aos filhos, uma alternativa de participação, mas o facebook era pessoal e não era utilizado para essa finalidade.

Também afirmaram que foi muito difícil lidar com o site, a utilização do computador foi outro fator que dificultou pela falta de conhecimento da utilização dessa ferramenta ou pela falta da internet devido ao custo alto para manterem os planos.

Diante disso, as etapas 4 e 5 também não aconteceram.

Etapa 4: Reunir todos os capacitados e coletivamente escolherem um item para ser colocado como assunto do Forum, no site.

Etapa 5: Reuniões mensais para atualização das informações.

Analisou-se o fracasso da investida em implementar o mundo virtual como ferramenta de diálogo, de comunicação, vislumbrou-se várias questões, iniciando pelo gestor, que acumula diversas funções que não são suas atribuições, mas fazem parte do cotidiano da escola pública, que está sucateada tanto em relação aos bens materiais quanto pela falta de recursos humanos. Para dar conta do dia-a-dia da escola, desempenha-se, muitas vezes, as funções de portaria, de cozinheira, de auxiliar de serviços gerais, de monitora de disciplina, todos os fatores que roubam o tempo e impedem o desenvolvimento dos projetos da direção, sem falar nas prestações de contas, que fazem parte do financeiro da escola, e são muito trabalhosas, por serem minuciosas e em grande número, como: a conta da autonomia financeira, merenda, Mais Educação, Atleta na escola, FNDE, Qualidade, entre outras que devem ser prestadas com exatidão e

demonstrativos fiscais e outros relatórios exigidos pela mantenedora, Secretaria da Educação.

O gestor sente-se engessado para realizar qualquer projeto que demande o seu envolvimento, pelos compromissos profissionais, que certamente poderiam ser resolvidos pelos demais membros da direção, mas por eximirem-se das responsabilidades, deixaram tudo na mão do gestor. A equipe diretiva exige a presença do gestor para legitimar todas as ações, mostrando-se inapta para decidir quaisquer tipos de situações, embora tenham total liberdade e autonomia para tal.

Um outro obstáculo que se enfrentou na escola referida foi o fato do Conselho Escolar não ser totalmente comprometido por não quererem envolvimento nas questões gerais das suas atribuições, limitando-se à aprovarem as contas como a justificativa de terem extrema confiança nas ações do gestor. Mesmo nas reuniões mensais, o Conselho, que contém todos os pares, pouco se posicionou, logo não cumpriu todas as suas finalidades, se mobilizando pouco. As reuniões, normalmente, foram conduzidas pelo gestor, os membros tiveram dificuldade ao se posicionarem, mesmo que tivessem espaço para dialogar.

Gandin (2011) afirma que, em geral, as pessoas não acreditam na igualdade fundamental que têm entre si; acreditam no mais sábio, no mais rico, no mais poderoso, no mais forte... admitindo que estas características sejam suficientes para excluir de direitos fundamentais aqueles que não as possuem em tão alto grau.

Constatou-se essa afirmação ao longo da gestão, os pais colocaram-se numa posição de aceitar tudo sem se posicionarem, chegaram a verbalizar que quem entende da escola é a diretora.

A pesquisa-ação, segundo Franco (2005), diz que ao utilizarmos essa metodologia pressupõe-se uma pesquisa de transformação, participativa, caminhando para processos formativos. Não fala em números, em quantidade, logo poderia ter realizado o projeto com aqueles que tivessem disponibilidade e demonstrassem vontade em participar, mesmo em número reduzido. Assim garantiria uma nova forma de dialogar e aconteceria a participação virtual. Esses seriam multiplicadores e assim, influenciariam outros grupos a realizarem a proposta.

O foco, com a participação da comunidade, é a reformulação do Projeto Político Pedagógico que não retrata a realidade da escola, muito menos o que ela queria e segundo Danilo Gandin (1999), uma escola, cuja comunidade não participa é injusta e não democrática.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O Projeto de Intervenção provocou um olhar investigativo, observador sobre todas as questões que envolveram a escola como um todo. Ainda aguçou a vontade de realizar uma gestão efetivamente democrática, onde a comunidade sintam-se pertencente e com autonomia para construir e realizar.

Diante do querer e do fazer nasceu um desconforto, porque as propostas nem sempre foram aceitas pelo grupo. Este fato, aliado às dificuldades em conseguir a participação efetiva da comunidade, despertou no gestor uma vontade inquietante em fazer da escola um espaço de convivência harmônica onde as pessoas sintam-se felizes e donas dos querer e dos fazeres da escola.

Na realidade esse projeto abriu uma janela, abanou com uma nova possibilidade, uma ferramenta fácil de ser utilizada e familiar, um facebook da escola,

Se fosse escolher um nome para identificar esse projeto daria o nome de DESAFIO.

Segundo Paulo Freire (1993): “Refletir sobre nossa prática, oportuniza a construção de novos caminhos.”

5. REFERÊNCIAS

- CURY, Carlos Roberto Jamil, Educ.Soc., Campinas, volume 23, nº 80, (setembro/2002, p. 168-200)
- GANDIN, Danilo. Escola e transformação social. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- KEMMIS, Stephen, MC Taggart, Robin(Eds). The Action Researchr planes, Melbourne: Deakin University, 1988.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000 .
- PIMENTEL, Carmen. Blogs Na Escola: uma alternativa. Anais do XIV CONGRESSO . NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. Rio de Janeiro: 23 a 27 de agosto de 2010, tomo 3, p 2451- 2459
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro Org.).Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível, 23.ed. Campinas: Papirus, 1995
- LÉVY, Pierre. Cibercultura, Editora34, 2010.

6. ANEXOS

Projeto Político Pedagógico da E. E. ENSINO FUNDAMENTAL WILLIAM RICHARD SCHISLER, escola onde foi aplicado o projeto de intervenção.

Endereço: Rua Visconde do Herval, 970 –Menino Deus

Fone: (51) 3233-7511– CEP 90130-150 – Município: Porto Alegre

Rede: 1ª CRE

1 – DIAGNÓSTICO:

•Histórico

a) Documentos legais do ensino fundamental:

- Decreto de Criação Nº 8753 de 11 de fevereiro de 1958 D.O. de 12/03/58
- Portaria de Denominação Nº 9239 de 11 de agosto de 1958 D.O. de 19/08/58
- Decreto de Reorganização Nº 28279 de 7 de fevereiro de 1983 D.O. 03/03/83.
- Portaria de Designação e Autorização de 7ª e 8ª séries Nº 6196 de 10 de fevereiro de 1984 D.O. de 23/02/84
- Portaria de Alteração de Denominação Nº00318 de 15/12/00.

b) Proposta Pedagógica

Parecer CEE 478/86 – 09/05/86

Parecer CEE 112/89 – 23/01/89

c) Um pouco da história

“Quando a gratidão ao passado e o amor ao futuro fazem a escola”

Maurício Sirotsky Sobrinho

(Fundador e benfeitor)

Nossa escola foi fundada em 04 de março de 1983 com as presenças dos jornalistas Maurício Sirotsky Sobrinho e Jayme Sirotsky, Diretores da Rede Brasil Sul (que construiu e doou a Escola à comunidade) e ex-alunos do professor William Richard Schisler, e suas excelências, o senhor vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Otávio Germano, representando o senhor Governador, o senhor Prefeito Municipal de Porto Alegre, Dr. Guilherme Socias Villela. Estiveram presentes, também, o secretário da Educação Carlos Wilson Schroder, e a titular da Secretaria Municipal da Educação e Cultura Ester Zuccalmaglio, entre outras autoridades civis, militares e religiosas. Representando a família, esteve presente o filho do homenageado, reverendo William Schisler Filho, acompanhado de sua esposa e filho.

A escola que chamava-se G.E. Roquette Pinto, situava-se entre as avenidas Ganzo e Bastian, em dois pavilhões de madeira, com ensino fundamental de 1ª a 5ª série, sob a direção da professora Yolanda Maria do Amaral Rodrigues, que continuou como diretora da nova escola, acompanhada dos professores, funcionários e alunos.

A nova escola iniciou com capacidade para 500 alunos de 1ª a 6ª séries e um quadro de aproximadamente 50 professores em um bloco padrão II, com dois pavimentos, estruturado de alvenaria aparente composto de 08 (oito) salas de aulas, secretaria, direção, almoxarifado, sala de professores, biblioteca, audiovisual, SOE, SSE, dois sanitários masculinos e dois femininos, um sanitário para professores, circulação coberta, circulação vertical e reservatório. Ao longo desses anos a escola foi ampliando-se e agregando de forma desordenada mais espaço físico para lazer, 03 (três) salas de aula, um casarão com cozinha, refeitório, depósito de nutrição, sala de material, um banheiro, duas saletas para pequenas atividades que poderão ser unificadas para ampliação do refeitório e duas salas com banheiro, específicas para pré-escola. Ainda temos uma quadra aberta para esportes e uma pracinha utilizada pela pré-escola.

William Richard Schisler, se você não sabe, foi um norte-americano que adotou o RS como sua terra, entre 1921 e 1961. Foram 40 anos de trabalho profundamente humanista, lecionando em Uruguaiana e Passo

Fundo, marcando a educação de várias gerações. Dedicção tão rara e de tanta qualidade não poderia ficar esquecida, deve servir de lembrança e exemplo a todos nós. Por isso a homenagem da Rede Brasil Sul, em tijolo, cimento e ferro a memória desse mestre inesquecível.

Dia 19 de maio, por ser o dia do nascimento do patrono da nossa escola, ficou sendo a data comemorativa do aniversário da escola.

Contexto sócio-econômico cultural e educacional

Nossos alunos na sua maioria são da comunidade e alguns pertencentes a bairros vizinhos e muito poucos em bairros mais distantes. As famílias têm renda variável, devido a própria instabilidade econômica do país.

Família:

A escola proporciona momentos de integração e avaliação permanente do processo ensino-aprendizagem com a finalidade de sanar deficiências e otimizar o processo, pois esse é o suporte para uma ação pedagógica efetiva e eficaz. Os pais ou responsáveis por nossos alunos têm diferentes níveis de escolaridade e grau de formação. Vêm de diferentes classes sociais, predominando a média e a baixa.

Alunos:

Buscamos reconhecer e valorizar no aluno, toda a grandeza de conhecimentos do seu mundo existencial, explorando suas potencialidades, criatividade para um saber sistematizado, fazendo com isto, que ele se torne o sujeito de sua história educativa, na busca de uma diminuição da evasão e do sucesso escolar.

Problemas:

Faltam limites, atenção, concentração, responsabilidade, respeito e comprometimento familiar: Auto-estima baixa, desinteresse, falta de recursos humanos e materiais, falta de espaço físico para receber a comunidade.

Possíveis soluções:

São realizadas atividades integradas objetivando o convívio social, a criatividade, a participação a troca de experiências, tornando a escola um espaço público, de cultura, conhecimento, recreação e lazer. Entre estas atividades estão: Dia da Solidariedade, Festa junina, Dia da criança e Feira de Ciências.

Proporcionamos, ainda, atividades extracurriculares como: teatros, visita a museus, parques, zoológicos e ao museu da PUC.

Conhecimento da realidade através de entrevistas realizadas com as famílias dos alunos;

Trabalhar ao longo dos trimestres a auto-estima, a responsabilidade, o limite, o respeito e comprometimento familiar;

Construção de equipes na busca de elementos (materiais e humanos), para a realização dos objetivos propostos;

Pré-conselhos para detecção de dificuldades dos alunos, seguido do chamamento dos pais, objetivando alternativas de soluções;

Conselhos participativos, pais, alunos, professores, enfatizando a auto-avaliação e buscando soluções para possíveis problemas que surjam;

•Desenho curricular sugerido:

	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
A GEOGRAFI	3	3	3	3
HISTORIA	3	3	3	3
ED. FÍSICA	3	3	3	3
MATEMÁT ICA	4	4	4	4
LINGUA PORT.	4	4	4	4
ARTES	2	2	2	2
E. RELIGIOSO	1	1	1	1
LING. INGLESA	2	2	2	2
CIÊNCIAS	3	3	3	3

Conselho de Classe

Os conselhos de classe deverão ser participativos a partir da educação infantil e anos iniciais, e de 5^a a 8^a séries com a presença de pais, professores, e alunos, para análise dos pontos positivos e negativos, buscando juntos soluções para os problemas levantados.

Tornar a biblioteca um lugar agradável para a consulta e o incentivo a leitura, um espaço pedagógico aberto à comunidade, fazer o controle do acervo da escola e realizar a hora do conto com os alunos dos anos iniciais.